

RELIGIÃO, FÉ E CULTURA POPULAR EM “OS SERTÕES” E OUTRAS ESCRITAS

Gildecy de Oliveira Leite (UNEB)
gildecy.leite@gmail.com

RESUMO:

Neste estudo, são apresentados costumes e práticas religiosas que integram a narrativa “Os Sertões” para, a partir de um breve mapeamento em obras literárias e realidades não ficcionais baianas, discutir a permanência, quase inalterada, dos costumes ditos por Euclides da Cunha como avoengos. Considerando-se a dinâmica da cultura, comprova-se que ainda hoje, na Bahia não ficcional, práticas religiosas narradas há mais de cem anos em “Os Sertões” mantêm-se vivas na cultura popular.

Palavras-chave:

Religião. Cultura popular. Literatura e fé.

ABSTRACT:

This paper presents religious habits and practices, which integrate the narrative “Os Sertões” (The Hills) in order to, from a brief mapping in Bahian literary works and non-fictional realities, discuss the permanence, almost unchanged ancestral habits, related by Euclides da Cunha. Considering the dynamics of culture, it proves that, even today, in non-fictional Bahia, religious practices narrated more than a century ago in “Os Sertões” remain alive in popular culture.

Keywords:

Religion. Popular culture. Literature and faith

1. Introdução

O presente artigo pretende, a partir da leitura de *Os Sertões*, detectar, em outros textos literários e em outros não-ficcionais, assim como em observações de práticas culturais da Bahia e do nordeste brasileiro, alguns costumes e práticas religiosas descritas por Euclides da Cunha na referida obra. Neste texto, o cerne da questão será mostrar a continuidade de hábitos, que há mais de cem anos já eram chamados de “avoengos”. O importante é notar a permanência de elementos da cultura dos degolados de Canudos em outras narrativas artísticas e na realidade não ficcional.

Realizar-se-ão comparações, discutindo atitudes de homens-de-fé, como Conselheiro e seus jagunços, chamando para o diálogo beatos como o Frei Damião e o crente ficcional Zé-do-Burro, protagonista do drama de Dias Gomes (1996), *O Pagador de Promessas*. Para tais com-

parações e buscas, serão utilizados depoimentos recolhidos por pesquisadores de Canudos, como José Calasans (1997) e Odorico Tavares (1993), também a literatura de cordel.

A partir dos conceitos de *Similitude e Semelhança*, de Foucault (1996), serão apresentadas pistas de práticas do sacerdote ascético Antônio Conselheiro e do povo canudense. Entre as pistas, as práticas religiosas e o jejum podem ser encontrados como realizações de católicos e evangélicos da Bahia dos séculos XX e XXI. As procissões, as maneiras de pagar promessas com autoflagelação, expressando também o sentimento de culpa cristão, serão mostradas na “realidade” e na literatura, que é sempre uma expressão da realidade, conforme Barthes (1996).

De maneira breve, será discutido o código de honra dos jagunços, norma tão parecida com o sistema das entidades caboclas, abrigadas em religiões afro-brasileiras. Comporão a pauta as acusações de loucura e heresias ao beato de Quixeramobim¹, características que, novamente, colocam lado a lado Conselheiro, Frei Damião e Zé-do-burro. Não menos importante, abordar-se-á a força da religião como forma de organização para a luta e alimento da coragem, através de seus líderes e amuletos. Desta forma, encaminha-se uma de leitura de *Os Sertões*, observando, com um olhar quase etnográfico, que costumes avoengos, descritos por Euclides da Cunha, ainda estão presentes, quase inalterados.

Da fé, alimento para a vida; dos jejuns penitentes; algumas pistas sobre o exagero da fé conselheirista; o código de honra; olhares: da imprensa, do Estado, e um olhar sobre Zé-do-Burro e Conselheiro

Andá com fé eu vou, que a fé não costuma faiá. (Gilberto Gil, 2020)

Fora longo traçar-lhes a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes propiciou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante as novas exigências da vida. E ali estão com as suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até o fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos... (CUNHA, 2003, p. 168)

Passados mais de cem anos do advento de Canudos, algumas observações feitas por Euclides da Cunha ainda podem ser vistas nas primeiras décadas do século XXI. Em certos lugares do sertão baiano, o

¹ Cidade natal de Antônio Vicente Mendes do Maciel.

insulamento continua favorecendo a preservação de costumes de canudenses euclidianos. Evidente, que novas exigências da vida, como já relatadas pelo autor de “Os Sertões”, em sua época, modificaram a cultura do forte sertanejo, mas a fé, esta “não costuma faia”². Ter fé em Deus e nos Santos Católicos, eis um lema de homens e mulheres, atores e atrizes dos territórios nordestinos castigados pela seca. Sabe-se que a fé como alimento não é exclusividade de católicos ou cristãos de outras denominações religiosas, mas é útil recordar que, para sertanejos e litorâneos brasileiros, a fé é o remédio preventivo e curativo da dor, o alimento da vida.

A exacerbação da crença religiosa pode levar o ser humano a explicar todos os fenômenos através dos mitos³, tal como a história era explicada antes de Heródoto (MANACORDA, 1989) e nas sociedades pré-coloniais africanas, nas quais os mitos respondiam a todos os questionamentos (LUZ, 2000). Mesmo nas primeiras décadas do século XXI, algumas instituições religiosas insistem em privilegiar a explicação dos acontecimentos somente através dos escritos e/ou ditos sagrados. No Brasil, “os bíblias”, como nomeou Lima Barreto (1996), cristãos protestantes têm sido os principais responsáveis por tal limitação interpretativa.

Imbuídos de um olhar nietzscheano, chamar-se-ia Antônio Conselheiro de sacerdote do ideal ascético, inibidor da vida, da felicidade, adepto do sentimento de culpa, como um cristão intolerante, etnocêntrico. A culpa do Conselheiro e de seus seguidores era atenuada pela expropriação de si mesmos, no abdicar das vestes, no eterno jejum pois, de acordo com *Os Sertões* (p.239), o religioso “Pregava, então, os jejuns prolongados, as agonias da fome, a lenta exaustão da vida. Dava o exemplo fazendo constar, pelos fiéis mais íntimos, que atravessava os dias alimentando-se com um pires de farinha”. Os limites entre o ficcional e não ficcional de “Os Sertões” não serão aprofundados aqui, e contenta-se em ter as narrativas como documentos da memória cultural.

Alimentar-se pouco, no sertão nordestino, era e infelizmente ainda é, algo não tão difícil, conforme notícias jornalísticas e dos programas de transferência de renda, instituídos e implementados pelo Governo Fede-

² Trecho de música cantada por Gilberto Gil.

³ Não se trata mito como sinônimo de mentira, mas como narrativa primordial.

ral nos períodos Lula e Dilma⁴. Os mencionados programas resolveram, parcialmente, o flagelo da fome. Neste sentido, parece haver atitudes semelhantes em Canudos ou Belo Monte⁵. “Os Sertões” conta que Antônio Conselheiro exigia doações de quase todos os pertences daqueles que adentravam Canudos, informe que pode ser complementado pelas palavras do Frei João Evangelista, anunciadas por Calasans (1997, p. 57) os “(...) adeptos do Conselheiro deviam dispor dos seus bens, entregando o produto ao ‘Messias de Quixeramobim’ não reservando para si mais de um vintém em cada cem mil réis”. Contudo, o próprio Calasans (1997) diz que o “(...) informe carece de fundamento”, pois

Lélis Piedade observou, baseado em informações de oficiais, que a maioria dos papéis encontrados em Canudos eram escrituras de compra e venda de casa e terras, revelando a situação da economia de famílias jagunças”. Seja por causa de doações compulsórias ou por doações voluntárias, Canudos ou Belo Monte era assistido e recebia mantimentos. (CALASANS, 1997, p. 57-8)

A abastança de Canudos não justificaria um jejum forçado do Líder, o qual poderia declarar-se isento de pecado e, por isso, livre dos sacrifícios. Como todo sacerdote ascético (NIETZSCHE, 1999), Conselheiro constrangia a vida alheia, mas não se furtava ao bom exemplo. Levando em consideração os conceitos de *Similitude e Semelhança*, expressados por Michel Foucault (1966), e entendidos como aquilo que não é o diferente, e sim o semelhante, o símile, pode-se chegar a algumas pistas do exagero de fé conselheirista em outros eventos sociais fora das linhas de “Os Sertões”. Entre as pistas – marcas visíveis das analogias invisíveis, sinais claros de similitude e semelhança (FOUCAULT, 1966) – as romarias nordestinas realizadas em situações bastante adversas são bons exemplos. Fiéis andam quilômetros, jejuando, seja em louvor do Padre Cícero ou de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Em Salvador, presenciavam-se sacrifícios parecidos, em louvor ao Senhor do Bonfim. Nas sextas-feiras, devotos sobem de joelhos as escadarias da igreja. Os jejuns feitos por Conselheiro podem ser lembrados, na Bahia contemporânea, em ações católicas e evangélicas. É comum ouvir de pessoas de determinadas igrejas protestantes, que vão jejuar para alcançar determinada graça, ou até para abater determinado inimigo, em

⁴ Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil entre 01 de janeiro de 2003 e 01 de janeiro de 2011, quando entregou a faixa presidencial a Dilma Vana Rousseff, que presidiu o Brasil até 31 de agosto de 2016.

⁵ Nome dado por Antônio Conselheiro a Canudos.

nome de Jesus. Entre católicos mais fervorosos, a semana santa deve ser respeitada com abstinência sexual – popularmente conhecida como fechar o balaio – o jejum de 24 horas a partir de zero hora da sexta-feira santa e o total desprezo por qualquer manifestação de alegria, em respeito a Cristo. Luto parecido com a vida de Conselheiro, chegando à beira da indigência voluntária “(...) magro, de cabelos compridos e maltratados, onde pululavam os piolhos” (CALASANS, 1997, p. 18)⁶. Quem sabe, uma expressão do sentimento de culpa cristão, alimentado pelo padecer nazareno.

Continuando as comparações, chama-se ao texto o teimoso Zé-do-Burro, protagonista do drama “O Pagador de Promessas” (GOMES, 1996). Com o pretexto de pagar uma graça alcançada a Santa Bárbara ou Iansan⁷, que para ele eram a mesma entidade, o penitente carregou uma cruz de madeira por sete léguas até Salvador, até a igreja com o nome da santa, onde é barrado pelo padre intolerante. A obstinação de Zé assemelha-se à resistência de Conselheiro e ao código de honra do jagunço, descrito por Euclides da Cunha. Levar a promessa até o fim, cumpri-la na íntegra, pois a escadaria não era a igreja, conforme diálogo do protagonista com sua companheira.

Este código de honra do jagunço, do homem do sertão, do boia-deiro tangedor de gado é o mesmo visto nos Caboclos, entidades brasileiras⁸. Abrigado em religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, o Caboclo é um índio aportuguesado, cristianizado e, ao mesmo tempo, detentor de poderes espirituais. Uma das principais características desta entidade, muitas vezes, em vida, oriunda do sertão, como é o caso de alguns Caboclos Boiadeiros, é o apurado senso de honra e a rigidez nos princípios. Vestindo as mesmas roupas de couro que os guerreiros conselheiristas, entoam seus aboiados⁹, seguidos de orações sempre respondidas pelos assistentes. O hábito de entoar e ter as orações respondi-

⁶ O professor José Calasans comenta, em *Cartografia de Canudos* (1997), partes da carta do juiz de direito de Monte Santo. Na missiva, o magistrado relata seu encontro com o Conselheiro, quando ainda era estudante, em 1879 e 1881, descrevendo o líder e religioso.

⁷ No drama o nome da deusa do rio Níger é escrito com o *n* no final, ao invés do til, como em outros autores.

⁸ Vale lembrar que, assim como os Exus umbandistas tiveram vida terrena (PRANDI, 2003) e aproveitam suas experiências terrenas para os trabalhos espirituais, os Caboclos tiveram vida terrena aqui no Brasil.

⁹ Chamado para atrair o gado entoados pelos boiadeiros vivos, e que é o brado do caboclo Boiadeiro.

das pelos demais também encontra correspondente no sertão belomonense, conforme descrição de Calasans (1997), em prédicas do Bom Jesus. “Todos cantavam as seguintes estrofes: ‘Louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo’ ao que as mulheres e meninos respondiam: para sempre seja louvado o Santo nome de Maria”, assim informa Calasans (1997, p. 83).

Outra semelhança entre “Os Sertões” e o “Pagador de Promessas” refere-se ao fato de as autoridades constituídas e o “quarto poder fora da esfera da constituição”, a imprensa (BARRETO, 1997), exagerarem. O repórter, personagem do texto dramático, acreditava ou apenas fez com que os leitores de seu jornal acreditassem que Zé-do-Burro era a favor da reforma agrária. Afinal, caso seu burro obtivesse a cura, além de carregar a cruz, prometera dividir seu minifúndio. Mal-entendido, como os conselheiristas, Zé-do-Burro ganhou adeptos e, em contrapartida, o Estado como inimigo, tal qual o Conselheiro de Canudos. No entanto, tratando-se do Conselheiro, em

[...] alguns lugares, os padres [o] combatiam [...], enquanto, os delegados o amparavam e vice-versa. Tais procedimentos, com efeito, estariam condicionados às próprias discordâncias locais muitas vezes determinadas pelas posições políticas adversas. (CALASANS, 1997, p. 37)

Voltando ao agricultor, a igreja julgava que as intenções de Zé-do-Burro eram aparecer ou tornar-se um novo Cristo. A mesma acusação foi imputada a Conselheiro por parte da igreja, de republicanos e por uma crença dos sertanejos, rebatida pelo religioso, segundo depoimento do Jagunço Pedrão. “Pedrão ouviu de sua própria boca [de conselheiro], quando um dos adeptos ajoelhou-se diante dele: Levante-se que deus é outra pessoa”, lê-se assim em Calasans (1997, p. 21).

Contradizendo o depoimento do jagunço, o próprio Calasans (1997) relata o comentário atribuído a Conselheiro, recolhido por Honório Vila Nova, que o transmitiu a Nertan Macedo:

Quando Jesus Cristo andou pela terra foi acompanhado de cinco mil pessoas. No meio delas havia mais gente detestada do que boa. Ao lado do Bom Jesus já tem o mesmo número de pessoas. (CALASANS, 1997, p. 55)

Por mais que atribuam humildade e despretensão a Antônio dos Mares¹⁰, o fato de comparar-se a Jesus Cristo, conforme a citação anterior, permite uma leitura contrária. Buscar o exemplo de Cristo pode, mui-

¹⁰ Outro nome como era chamado Antônio Conselheiro.

tas vezes, parecer presunção. Não se julga qual depoimento expressa a luz da verdade, pois a verdade é e sempre será uma interpretação.

A frase conselheirista “Levante-se que Deus é outra pessoa” também pode ser lida como uma falsa modéstia, com a intenção de parecer cada vez mais santo, mais Cristo. Os comentários de Conselheiro registram o fascismo da língua, ela a língua “(...) não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer é obrigar a dizer” (BARTHES, 1996, p. 14). Na língua, ainda segundo Barthes (1996), servidão e poder se confundem, havendo liberdade somente fora da linguagem, no trapacear com a língua e no trapacear a língua: a literatura. Entretanto, concernente aos discursos atribuídos a Conselheiro, prefere-se retirar do lugar da ficção, tratando-se de depoimentos do mundo real. As citadas falas do beato revelam sujeição e o exercício da língua “(...) a serviço de um poder” (BARTHES, 1996, p. 14), ao mesmo tempo submete os ouvintes fiéis ao poder do falante.

O fascismo linguístico conselheirista está no obrigar a comparação com Jesus. A comparação pode ter acontecido diretamente por Conselheiro, ou não aceitando a comparação. Ao não aceitar a dívida de ser como Cristo, torna-se mais merecedor da dívida humildemente negada. Abrem-se parênteses importantes a respeito das interlocuções entre mundo ficcional e não-ficcional. Toda literatura é alicerçada no real, demonstra o real (BARTHES, 1996), portanto, fazer o caminho inverso através das pistas (FOUCAULT, 1996) é uma construção plausível. Contudo, entende-se que “Os Sertões” se encontra muito mais próximo do real, do documento, do que literaturas menos compromissadas com a história. Daí o vai-e-vem analisando depoimentos colhidos por historiadores, e histórias ficcionalizadas.

Retornando aos discursos conselheiristas, e com base neles, o que provavelmente não há é ingenuidade por parte de Antônio dos Mares, uma dessemelhança com o protagonista do drama de Dias Gomes. O lavrador de “O Pagador de Promessas” (1996) era desprovido da habilidade retórica, por isso não soube se defender das acusações de querer ser um novo Cristo, repetindo a *Via Crucis*. Certamente, Conselheiro teria uma explicação para a existência de 12 apóstolos em sua “Guarda Católica” ou “Santa Companhia” ou, ainda, “Companhia do Bom Jesus”, responsável pela segurança do arraial (CALASANS, 1997).

2. *Santificação e diabolização: Conselheiro, Zé-do-Burro e Frei Damião; loucura e intolerância; o coletivismo e o “ópio do povo” na seara canudense; exemplos de fé e belicismo*

Santificação e diabolização são colocadas às mesmas pessoas no mercado da fé. Observa-se Zé-do-Burro, acusado de ter parte com o demônio, por ter feito sua promessa em um candomblé, pois para o padre a “(...) igreja é casa de Deus. Candomblé é o culto do diabo!” (GOMES, 1996, p. 40). Conselheiro e Frei Damião, o missionário do nordeste, segundo o famoso trovador Rodolfo Coelho Cavalcante (1976), também foram acusados de ter parte com o tinoso. Com certeza, outra importante similitude entre Zé-do-Burro e Antônio dos Mares, encontra-se na acusação de loucura sofrida pelos dois homens-de-fé. No entanto, qual o conceito de loucura? Quais seriam, de fato, os loucos, os fanáticos? Loucos seriam o Estado e o Exército, que matavam os conselheiristas degolando-os, a imprensa republicana, que transformou os esfarrapados canudenses em inimigos da pátria? Conselheiro e seus seguidores insistentes, sem uma pausa para o diálogo, seriam loucos? Vale lembrar que, segundo depoimento da sobrevivente Francisca Guilheirmina (TAVARES, 1993, p. 41), Conselheiro teria dado ordem para rendição, comando desobedecido pelo chefe de armas João Abade. Quem seriam os loucos de “O Pagador de Promessas”? O padre reacionário, o repórter sensacionalista ou Zé-do-Burro um ingênuo crente de Iansan-Santa Bárbara¹¹?

Difícil responder a estes questionamentos. Mesmo sendo de realidade e contexto distantes de “Os Sertões”, importa apropriar-se dos eventos de Itaguaí, cidade cenário de “O Alienista” (ASSIS, 2003), obra machadiana, para um breve panorama de o quanto é discutível o conceito de loucura. Nessa obra, a personagem Simão Bacamarte, após abrir uma casa para tratar doentes mentais, começa a questionar o comportamento das pessoas, encarcerando-as. No desenrolar dos acontecimentos, alguns inicialmente considerados loucos e transformados em internos, são, depois, declarados sãos, e aqueles, antes tidos como normais, são considerados loucos.

Então, buscando-se estes exemplos da literatura, resta perguntar onde estaria a loucura: na resistência do Conselheiro com seus jagunços armados de espingardas simples ou no Exército bem armado a dizimar civis? Seria um exercício da loucura e do fanatismo os cordéis enaltecen-

¹¹ Coloca-se o hífen, pois, para Zé-do-Burro, trata-se apenas de uma divindade.

do os feitos de Antônio Conselheiro ou seria tal exercício da imprensa republicana transformar os sertanejos em monstros? A resposta pode ser encontrada nos discursos de aversão ao outro e de intolerância. A única solução seria a existência de um elemento neutro, um observador imparcial. Mas, quem “(...) observa o faz de um certo ponto de vista” (FREIRE, 1996, p. 14), e a honestidade da observação só pode ser garantida com o exercício da ética ou da autocrítica, como proposta por Simão Bacamarte, que “(...) entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo” (MACHADO, 2003, p. 30).

As atitudes do Bom Conselheiro assemelham-se àqueles que colocam a religião como resolução de todos os problemas, como única via possível para a humanidade. Dentro da temática do sertão e das lutas do sertanejo, Jorge Amado apresenta “Seara Vermelha” (1987). A obra amadiana discute três possibilidades de contestações feitas pelo homem do sertão: o messianismo, o cangaceirismo e por último a luta de classes através do Partido Comunista, única apontada como correta e viável. Ao contrário de “Seara Vermelha”, o Partido Comunista não foi e não poderia ter sido citado por Euclides ou pelos sobreviventes de Canudos, pois a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) data de 1922, vinte anos após o lançamento da primeira edição de “Os Sertões” e vinte e cinco anos após o final da Guerra de Canudos (1896-1897). O que havia em Canudos era uma espécie de coletivismo tribal (CUNHA, 2003), baseado na premissa de que nada queriam desta vida. Algo parecido com Zé-do-Burro, distribuindo seu minifúndio sem apelo marxista ou sem conhecer o conceito de reforma agrária.

Em linhas anteriores, afirmou-se que foram encontrados papéis comprovando as posses individuais de imóveis em Canudos. Entende-se, que isso não desfez a possibilidade da posse coletiva e do desaparego às coisas materiais. O registro cartorial dos bens não eliminaria o sentimento cristão, metaforizado pelo episódio sagrado da multiplicação e divisão de pães. A referida passagem mítica representa, popularmente, a caridade cristã que, em Canudos, pode ser lida através da aceitação das ovelhas desgarradas, de novos integrantes ao rebanho divino, ao Belo Monte. Atraídas pelo discurso de Conselheiro, famílias abastadas vendiam seus bens, a preços ínfimos, a fim de morar na “cidade santa” (CALASANS, 1997) e comungar do ideário de uma vida melhor após a morte: o paraíso. O desaparego deveria estar contido no desfazimento dos bens localizados fora da cidade santa, o que não impediria o registro cartorial de posses em território sagrado. E, mesmo sem o partido e com todas as limita-

ções religiosas, há como negar a existência de uma organização, de uma grei, de uma seara em canudos¹²? Ou até em o “Pagador de Promessas”?

Nem Jorge Amado, melhor, muito menos Jorge Amado negaria o poder das organizações religiosas na defesa dos oprimidos. O escritor declarou que o conceito marxista de religião, ópio do povo, é um equívoco (RAILLARD, 1992). Complementou dizendo que viu muitos Candomblés terem importante participação na defesa do povo. Este sentimento foi bastante enfatizado no romance tese “Tenda dos Milagres” (2000), no qual a personagem Pedro Archanjo se faz líder do povo negro, a partir de seu cargo no candomblé: Ojuobá: os Olhos de Xangô. Antônio Vicente Mendes Maciel liderou parte do sertão baiano com o título de Conselheiro, talvez uma espécie de ministro terreno de Cristo, como Archanjo, Olho e Conselheiro do Orixá da Justiça. O Bom Jesus¹³ possuía seus 12 ministros, como o Cordeiro de Deus e a divindade nagô. Semelhanças entre o litoral e o sertão, unidos pela “pista” fé, suprimindo a lacuna de mais de meio século entre a publicação de “Os Sertões” e a obra amadiana. Essa analogia, terceira forma de semelhança, segundo Foucault (1966), confirma as vozes avoengas euclidianas entoadas em tradições populares brasileiras.

A literatura e a vida não-ficcional, como a de Conselheiro, estão cheias de exemplos de o quanto a religião pode interferir e questionar em favor do povo. O certo é que a fé tem sido alimento mais convincente que quaisquer outros argumentos, seja para revolucionar ou para alienar as massas. Conselheiro também conseguia ampliar seu raio de ação, ou seu território (RAFESTIN, 1992), através de discursos. As narrativas sobre o líder religioso já faziam parte da infância de alguns soldados, fortalecendo o mito a ponto de fazer militares acreditarem que os jagunços ressuscitavam. Em contrapartida, o mito de que o coronel Moreira César, líder da 2ª expedição, seria o anticristo, fez com que muitos canudenses abandonassem as trincheiras. Contudo, a fé como alimento para a luta fortalecia mais o jagunço, homem-de-fé, ao contrário do soldado crente, mas abalado pela racionalidade do braço armado estatal, o exército. A cada batalha vencida, o sertanejo via um milagre e se alimentava com a fé, punindo os infiéis à maneira da inquisição, decapitando e até empalando o corpo, como no caso do coronel Tamarindo, substituto imediato de Moreira César.

¹² Grei e seara como sinônimos de partido ou organização.

¹³ Outro nome-título atribuído a Conselheiro.

A partir da fé e do sentimento de luta dos cavaleiros do sertão baiano, católicos a sua maneira, vê-se no imaginário popular práticas religiosas imbuídas de sentimentos bélicos. O melhor e mais conhecido exemplo é São Jorge, santo guerreiro, que ocupa lugar prestigioso entre crenças católicas da Bahia, pelo seu poder contra todos os tipos de inimigo, façanha entoada em sua oração: “Para que meus inimigos tenham pés e não me alcancem (...) Armas de fogo meu corpo não alcançarão”. Muitas pessoas costumam levar a oração de São Jorge copiada em um papel e dobrada na carteira de cédulas, servindo como amuleto, uma proteção contra os prováveis inimigos. Outras proteções são utilizadas pelo homem do sertão, consciente dos perigos espirituais, da vegetação e do cangaço. A roupa de couro do boiadeiro ou do vaqueiro garante o transitar por entre a caatinga, “(...) doutro modo não romperiam, incólumes, as caatingas e os pedregais cortantes” (CUNHA, 2003, p. 69), levando vantagem sobre os soldados republicanos e sobre todos aqueles estranhos ao território sertanejo.

Por outro lado, incrustado no chapéu de homens do sertão há mais um sinal de sua fé: o Signo-Salomão, a popular estrela de seis pontas, bordado a couro ou nylon. Sertanejos de Serra Preta¹⁴, cidade próxima a Feira de Santana, no Estado da Bahia, fazem muitas referências ao Signo-Salomão. O desenho dessa figura geométrica de seis pontas, segundo sertanejos e adeptos de religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda, pode evitar malogros ou, conforme rezadeiras católicas serrapretenses, levar um inimigo à morte. Devido às pronúncias equivocadas, alguns informantes denominam de “cinco Salomão” o Signo-Salomão, a estrela que possui seis e não cinco pontas.

Euclides da Cunha não fez referências ao Signo-Salomão, entre os jagunços de Conselheiro. Lembra a fé para a luta e a confiança nos signos religiosos para seguir em frente com “(...) a roupa de couro do vaqueiro [que] se fez a armadura flexível do jagunço” (CUNHA, 2003, p.58) e nela, ao menos hoje, e em reproduções de sertanejos famosos, como Lampião, o signo-Salomão é algo presente. Também nos patuás da religião afro-baiana, uma figura geométrica aparece bordada no lado oposto ao que se encontra escrito o nome do orixá ao qual o amuleto pertence: encontra-se uma estrela com seis pontas, como a Estrela de Davi. Alguns depoimentos de moradores da cidade de Serra Preta forta-

¹⁴ Os depoimentos sobre Serra Preta foram ouvidos entre os anos 2000 e 2003, confirmados em 2020.

lecem o ideal da fé como elemento bélico. Concentrando-se na figura do poderoso Signo-Salomão, informantes revelam seu poder fatal. Acredita-se que, ao desenhá-lo no decalque feito no chão pela pegada de um ser humano descalço ou de um animal irracional e virar a pegada ritualmente, a morte do perseguido será certa.

O engenheiro e jornalista relata alguns costumes religiosos, como a reza de animais, existente ainda hoje em bairros periféricos de Salvador; as velas a São Campeiro para achar objetos ou o simples costume de, no dia de Santa Luzia, fazer montes de sal no intuito de adivinhar os meses chuvosos. Esse último ritual é acompanhado do velho hábito de esperar o dia 19 de março, dia de São José, para prever as chuvas. Caso chova durante o dia de São José, o resto do ano será chuvoso.

A partir de informantes de Serra Preta, consegue-se a confirmação da atualidade destas e outras práticas descritas por Euclides da Cunha, com algumas variações. A busca da previsão do tempo é feita no dia 31 de dezembro com doze montes de sal. O dia 19 de março, além de servir como previsão meteorológica, é o dia indicado para plantar, principalmente o milho, garantindo uma boa colheita em junho. Em outras localidades, a exemplo da Ilha de Itaparica e em Salvador, recomenda-se que o plantador não seja “banguelo”, que possua todos os dentes, evitando a germinação de espigas de milho falhadas. Correlato aos poderes de São Campeiro, na busca de objetos desaparecidos, mesmo na capital baiana, apela-se para São Longuinho, com os seguintes versos: “São Longuinho, São Longuinho, se eu achar (diz o que se pretende achar) dou três pulinhos”. A promessa deve ser imediatamente paga para evitar novas perdas, como castigo.

Tal o depoimento centenário de Euclides, o final do dia é indicado com o sinal da cruz e a oração Ave Maria, antes com a ajuda radiofônica. Também em Salvador, alguns lares ainda conservam a imposição do silêncio e a concentração ao ouvirem a oração da Mãe de Cristo. Fora do campo bélico, merecem destaque as orações destinadas a atrair chuvas, culminando com a troca dos santos de suas capelas originais até chover. Novamente Serra Preta é chamada para analogia e comprovação do depoimento euclidiano. Após o dia de São José – 19 de março – espera-se as chuvas por algumas semanas. Caso a seca continue, são acionadas N. S^a do Perpétuo Socorro e N. S^a do Bom Conselho, também os santos São José e São Benedito. De acordo com os depoimentos, os santos são trocados de lugar e as imagens permanecem em vigília, de castigo, até os primeiros pingos de chuva.

Não se trata de uma identidade inalterada, mas de costumes preservados e benquistos ao longo do tempo. O território das crenças, ditas avoengas por Euclides da Cunha, venceu a degola de Canudos. Não se afirma que Canudos espalhou esses costumes para toda a nação. A presente escrita consiste num modesto mapeamento de velhos costumes, práticas culturais existentes em “Os Sertões” e vivos na Bahia ficcional e na Bahia e no Nordeste não-ficcionais dos séculos XX e XXI.

Mais uma vez, tratando do bélico e da fé, lê-se a matéria intitulada “O Satanás de Juazeiro do Norte”, na qual Lira Neto (2002) comenta a parceria entre o Padre Cícero e o Coronel Floro Bartolomeu. Entre tantos acordos, o que chama atenção é a proteção dada pelo religioso aos jagunços, certamente aumentando suas disposições para a luta como os homens de Conselheiro (TAVARES, 1993), pois, caso “(...) morressem em combate, o ‘Padim’ prometia aos guerreiros de Floro Bartolomeu a garantia de um lugar reservado no paraíso celeste” (LIRA NETO, 2002, p. 5).

Entre os conselheiristas havia “(...) o supremo pavor (...) morrer a ferro frio (...) porque acreditavam que por tal forma, não se lhes salvariam a alma” (CUNHA, 2003, p.385). Quem sabe uma forma de incentivar a luta com o exército, visto que suas armas eram quase todas de fogo. A benção do Conselheiro, como a do Padim, era suficiente para os soldados-da-fé, que lutavam sem nada temer, ficassem a serviço do divino. O que temia Zé-do-Burro enfrentando a polícia? Nada, pois estava a serviço de Santa Bárbara: “Zé: Agora eu decidi: só morto me levam daqui. Juro por Santa Bárbara, só morto” (GOMES, p. 96).

Mesmo sendo um homem pacato e destoante do temido jagunço, Zé-do-Burro luta para cumprir sua palavra. A fé o faz forte como os jagunços e cangaceiros eternizados no imaginário popular como homens tementes a Deus e matadores. No sertão e no litoral percebe-se esta ambiguidade de sentimentos, uma certa falta de maniqueísmo, o bem e o mal lastreando as ações dos homens de armas. Numa leitura conservadora, a falta de maniqueísmo poderia significar que o diabo ainda estava por estas bandas, como os pensamentos dos Padres Nóbrega e Anchieta, além do Frei Vicente do Salvador (VASCONCELOS, 1996). Várias façanhas são atribuídas a desconstrutores da ordem estabelecida, todas tendo como responsável a fé. Não se procurou, aqui, possibilidades de verdade ou ficção das narrativas orais e populares próximas à narrativa euclidiana. O que vale é a memória e uma breve garimpagem em busca de costumes avoengas já há mais de cem anos.

3. Conclusão

Desta forma, conclui-se que, a partir da leitura de “Os Sertões” (2003), podem-se conhecer diversos hábitos de segmentos da religiosidade popular sertaneja, baiana, mais especificamente do catolicismo popular, que são reinterpretados em outras obras literárias e no mundo ficcional após a escrita de Euclides da Cunha (2003). Os costumes, como qualquer elemento das culturas, sofreram alterações, apesar de quase inalterados, e permanecem vivos em meio a camadas populares da Bahia. Com isso, contribui-se, também, para uma leitura da obra euclidiana como um documento da memória cultural, sem, contudo, esquecer-se de que se trata de uma obra literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Seara Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- ASSIS, Machado de. *O Alienista*. Disponível em <http://www.bibliotecavirtual.org.br>. Acessado em 30-08-2003.
- BARRETO, Afonso Henrique de Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. de Leyla Perrone-Moisés. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.
- CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. *Frei Damião: o Missionário do Nordeste*. Salvador: Agência de Folhetos de Rodolfo Coelho Cavalcante, 1976.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Disponível em <http://www.bibliotecavirtual.org.br>. Acessado em 30-08-2003.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: Aula Inaugural do Collège de France Pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Gilberto. Andar com fé. Disponível em acessado em <https://gilbertogil.com.br/conteudo/musicas/pagina/2/>. Acessado em 10-08-2020.

GOMES, Alfredo Dias. *O Pagador de Promessas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LIRA NETO. O Satanás de Juazeiro do Norte. *Jornal Correio da Bahia* 18 de maio de 2002.

LUZ, Marco Aurélio. *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

MANCORDA, Mario Alighiero. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma Polêmica*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

TAVARES, Odorico. *Canudos: Cinquenta Anos Depois*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, Academia de Letras da Bahia, Fundação Cultural do Estado, 1993.

VASCONCELOS, Pedro Lima. Legião de Demônios ou novos crucificados? Elementos religiosos e teológicos nos olhares de Euclides da Cunha sobre Belo Monte e Antônio Conselheiro. *Revista Canudos/UNEB*, v. 1 Salvador: UNEB, 1996.